

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO ESCOLAR
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

BRASÍLIA
2020

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR MODALIDADE A DISTÂNCIA

Elaborado pela equipe de apoio à Diretoria de Educação a Distância
Prof. Dr. Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira (UFOP)
Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)
Prof.^a Dra. Heloisa Candia Hollnagel (Unifesp)
Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda (Unifesp)
Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno (Unifesp)

A partir do Projeto original do PNAP elaborado por:
Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (Uneb)
Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (Enap)
Prof.^a Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (Uneb)
Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)
Prof. Dr. Paulo Emílio Matos Martins (UFF)
Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (Ufam)
Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (Fiocruz)

Adaptação do projeto no âmbito da UDESC (2025)

Profa. Dra. Carmen Maria Cipriani Pandini (UDESC/CEAD)
Profa. Dra. Cléia Demétrio Pereira (UDESC/CEAD)
Profa. Dra. Tânia Regina da Rocha Unglaub (UDESC/CEAD)

SUMÁRIO

1 Dados de Identificação do Curso	7
2 Introdução	9
3 Justificativa.....	11
4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos	13
5 Diretoria de Educação a Distância da Capes	13
6 Caracterização Regional	14
7 Integração e articulação e adesão da Educação a Distância da UDESC ao Sistema Universidade Aberta do Brasil.....	17
8 Aspectos institucionais	19
8.1 Missão.....	22
8.2 Princípios e valores.....	22
8.3 O Departamento de Pedagogia a distância	23
8.4 Outros aspectos: Pesquisa e Extensão	25
9 Concepção do Curso de Especialização em GestãoEscolar	37
9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso	37
9.2 Concepção pedagógica do curso.....	37
9.2.1 Objetivo geral.....	38
9.2.2 Objetivos específicos	38
9.3 Organização curricular	38
9.3.1 Módulo Básico	38
9.3.2 Módulo Específico	39
9.3.3. Ementário.....	40
10 Estrutura administrativo-pedagógica.....	52
10.1 Equipe multidisciplinar	53
10.2 Programa de formação e atualização continuada	54
10.3 Gestão do curso e atribuições	54
11 Infraestrutura e processo de gestão acadêmico-administrativa.....	55
11.1 Sistema de comunicação.....	56
11.2 Material didático	56
11.3. Sistema de tutoria	57
11.4. Encontros síncronos	59
12 Diretrizes de avaliação	59
12.1 Avaliação institucional.....	60
12.2 Avaliação de aprendizagem.....	61
13 Processo de comunicação-interação entre osparticipantes	63

APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Escolar, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

O PNAP nasceu em 2006 a partir da experiência-piloto do curso de Administração, supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC) e coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além do bacharelado em Administração, o PNAP, atualmente, é composto por quatro especializações na área pública, sendo as três iniciais Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, com o acréscimo, em 2020, da especialização em Gestão Escolar.

Nesse contexto, em 2009, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), já integrada à estrutura da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições públicas de ensino superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma redenacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento por meio da realização de Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010, teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos PPCs; o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos cursos de especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Em 2017, foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP, que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPCs (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático, adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Em 2020, mais um curso foi integrado ao PNAP: o curso de Especialização em Gestão Escolar. O objetivo é atender à necessidade de formação de gestores, das áreas federal, estadual e municipal, para que possam lidar com os desafios da educação básica.

Desde a criação do PNAP, vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento do Programa. Destacamos: os(as) professores(as) Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (Ufes) e Cledinaldo Aparecido Dias (Unimontes).

A UDESC participou do PNAP com o Curso de Administração Pública, por meio do Edital 075/2014 com inicio dos Cursos no segundo semestre do ano de 2017 ofertado 08 polos no Estado de Santa Catarina (Criciuma, Palmitos, Praia Grande, Pouso Redondo, Joaçaba, Blumenau, São Miguel do Oeste e Caçador). e com o

Curso de Gestão Municipal, com a oferta em 05 polos (Concórdia, Laguna, Campos Novos, Indaial e Palhoça) e, agora integra o Programa com a oferta do Curso de Gestão Escolar em 5 polos também no Estado de Santa catarina para atender as demandas de formação continuada e atualização de conhecimentos voltadas aos gestores do quadro efetivo das redes municipais e estaduais de ensino.

1. Dados de Identificação do Curso

1.1. Nome do curso:

Curso de Especialização de Gestão Escolar

1.2 Centro de Ensino de origem:

Centro de Educação a Distância (CEAD)

1.3. Local de realização:

O Curso é oferecido a distância no AVA/Moodle, combinando tecnologias e ferramentas de interação e nos Polos Presenciais para as atividades que possuem presença obrigatória.

1.4. Público-alvo:

Para Diretores escolraes em exercício nas escolas Estaduais e Municipais e em havendo vagas ramanescentes poderá ser aberto a Coordenadores Pedagogicos em exercício nas mesmas redes, além de técnicos das secretarias Estaduais e Municipais de Educação. (Perfil expresso no do Edital UAB 25/2023 e no Oficio Circular no. 91/2024 CPMC/GCAPC/DED/CAPES).

1.5. Número de vagas:

150 vagas, distribuidas em 05 polos, localizados em Santa Catarina, iniciando no segundo semestre de 2025, conforme articulado no Edital UAB 025/2023 e deferidas pela DED/CAPES.

1.6. Formas de ingresso:

O ingresso ocorrerá por meio de edital próprio de ingresso, via análise documental e com prioridade para Diretores escolraes em exercício nas escolas Estaduais e Municipais e em havendo vagas ramanescentes poderá ser aberto a Coordenadores Pedagogicos em exercício nas mesmas redes, além de técnicos das secretarias Estaduais e Municipais de Educação. (Perfil expresso no do Edital UAB 25/2023 e no Oficio Circular no. 91/2024 CPMC/GCAPC/DED/CAPES).

1.7. Mais detalhes sobre a forma de ingresso:

- inscrições serão abertas em 2025-1 para início em setembro de 2025.2
- não haverá custos para inscrição e a documentação exigida será;
- formulário de inscrição on-line no qual se deve anexar:
- documento de identificação oficial com foto (carteira de identidade ou passaporte).
- diploma de graduação ou declaração devidamente reconhecido pelo MEC ou revalidado no Brasil, no caso de título obtido no exterior – ou documento comprobatório de conclusão de curso.
- documento comprobatório de atuação profissional (detalhes no Edital de seleção).

1.7.1 Edital de Seleção e matrícula

- seleção: será realizada por comissão interna da UDESC/CEAD considerando os seguintes critérios (maiores detalhes no edital próprio de seleção):
- preenchimento correto do formulário on-line de inscrição e do questionário socioeconômico.
- apresentação da documentação solicitada.
- pontuação que considerará: área do conhecimento da graduação e atuação profissional.
- e) Matrícula - os alunos selecionados, via processo seletivo público, serão matriculados junto à Secretaria de Pós Graduação do CEAD/UDESC.
- Será exigido no ato da matrícula o requerimento de matrícula devidamente preenchido juntamente com os documentos determinados no edital.

1.8 Investimento

O curso não tem custos para o discente, as demais particularidades sobre a forma de ingresso estarão no edital próprio de seleção.

1.9 Cronograma de execução

- O curso foi concebido para ser integralizado em 18 meses e segue o calendário e o

PCC Nacional do PNAP e a Previsão para Início das atividades letivas é de 94 de agosto de 2025.

2. Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB e, consequentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Escolar vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais na área de educação, capacitados para exercitar a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local.

Para atender à demanda pela formação de gestores escolares nos entes da federação do Brasil, a Ipes oferece o Curso de Especialização em Gestão Escolar no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais e nacionais, entre eles:

- Dispositivos e orientações do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e do Programa PNAP;

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Decreto nº 9.057/2017 regulamenta a educação a distância (EAD) no Brasil.
- Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Lei Nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;
- Decreto 5.626/2005. de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- Resolução CNP/CP Nº 1/2012, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução CONSUNI/UDESC. 106/2014. Que Dispõe sobre a Política de Educação a Distância na UDESC.
- Resolução/CNE Nº 1, 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução/CNE Nº 2. De 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução Nº 20/2010/CONSUNI. Dispõe sobre a Educação a Distância na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina;
- Resolução/ CEE 021/2005, de 17 de maio de 2005. Regulamenta a oferta de disciplinas na modalidade à distância nos cursos de educação superior;
- Resolução Nº 055/2002 – CONSUNI, de 24/10/2002 e Decreto • Estadual nº 6.034, de 11/12/2002 que criou o Centro de Educação a Distância (CEAD).
- Resolução Nº 010/2012 – CONSEPE, dispõe sobre a estrutura e funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
- Portaria Capes nº 309, de 27 de setembro de 2024, regulamenta a seleção e o

pagamento de bolsas no Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

- Instrução Normativa Capes nº 1, de 1 de outubro de 2024, estabelece os procedimentos, parâmetros de cálculo e os limites quantitativos para a concessão e pagamento de bolsas no UAB;

3. Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados e Municípios.

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização quanto ao seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções

exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto com o lado da receita quanto com o lado da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsávelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a administração pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros dos gestores públicos, neste caso os gestores escolares, passa a demandar ações de capacitação e preparação para a realização do trabalho frente às tarefas que demandam as instituições escolares, em todo os seus âmbitos da estrutura da gestão: administrativa, pedagógica, acadêmica, de pessoal e social.

Nesse esforço de fortalecimento das esferas de estado, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de formação, de forma articulada com todas as esferas e níveis de governo para atender com qualidade as demandas voltadas à busca da qualidade da educação. O lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da UAB, nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, Estados e Municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação das políticas públicas. NO Estado de Santa Catarina há uma demanda grande e permanente de profissionais

na área da educação, haja vista o número de estabelecimentos educacionais e a rotatividade em cargos de gestão, bem como as vagas das carreiras administrativas acessadas por concursos públicos.

4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um Programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema UAB e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão

de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6 Caracterização Regional

O Município de Florianópolis é a Capital do Estado de Santa Catarina, na região Sul do País. O Município é composto pela ilha principal, a ilha de Santa Catarina, a parte continental e algumas pequenas ilhas circundantes.

A cidade tem uma população de 516.524 habitantes, de acordo com estimativas para 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024). É o segundo município mais populoso do estado (após Joinville) e o 48º do Brasil.

A região metropolitana tem uma população estimada de 1.209.818 habitantes, a 21ª maior do país. A cidade é conhecida por ter uma elevada qualidade de vida, sendo a capital brasileira com maior pontuação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado em 2010 pelo PNUD, das Nações Unidas, 0,847 considerado muito alto (PNUD, 2024). De acordo com estimativa do IBGE de 2020, havia 508.826 pessoas na cidade. A densidade de população era de 753,4 habitantes por quilômetro quadrado. A maioria da população vive no continente e em partes do centro e norte da ilha principal. A metade sul é menos habitada (IBGE, 2024).

Florianópolis e Vitória, no Espírito Santo, são as únicas capitais no Brasil que não são as cidades mais populosas de seus respectivos estados. A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelou os seguintes números: 366 mil pessoas

brancas (90,0%), 37 mil pardos (9,0%), 4 000 pessoas negras (1,0%), 400 pessoas asiáticas ou ameríndias (0,1%) (IBGE, 2024).

Em 2019, o salário médio mensal era de 4.5 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 65,8%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 24,6% da população nessas condições. O PIB per capita de Florianópolis em 2018 era de R\$ 42.719,16. A economia de Florianópolis é fortemente baseada na tecnologia da informação, no turismo e nos serviços (IBGE, 2024).

Florianópolis tem sua economia alicerçada principalmente no setor de tecnologia da informação e comunicação. Conforme dados oficiais de 2013, conta com um polo de base tecnológica de mais de 600 empresas de software, hardware e serviços de alta tecnologia, sendo este setor o maior arrecadador de impostos e responsável por mais de 45% do PIB no município (IBGE, 2024).

O Centro de Educação a Distância da UDESC localiza-se em Florianópolis e foi criado em 24 de outubro de 2002, pela Resolução CONSUNI/UDESC nº 055/2002 e aprovado por unanimidade em todas as suas instâncias na UDESC: Câmaras de Ensino da UDESC: Processo nº 730/025, de 21/10/2002; CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 21/10/2002; CONSUNI – Conselho Universitário, em 24/10/2002, e pelos Decretos do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, sob os nºs 6033 e 6034/2002, de 11 de dezembro de 2002.

O Centro teve sua origem nas ações desenvolvidas desde 1991, em 14 municípios da região da grande Florianópolis/SC, pelo Núcleo de Apoio Pedagógico - NAPE/FAED, direcionadas à capacitação docente, à consultoria e assessoria na definição de encaminhamentos didático-pedagógicos para as políticas educacionais desses municípios. Foi na implementação dessas ações, diante das inúmeras solicitações de educadores na busca de uma melhor qualificação, especialmente aqueles que se viam impossibilitados de frequentar um curso superior presencial em razão da distância e da falta de disponibilidade de tempo para se deslocarem e participarem das aulas diariamente, que aflorou a ideia de se buscar uma alternativa para responder a essa demanda de formação docente e consolidar a proposta da UDESC de democratizar o Ensino Superior no Estado de Santa Catarina, através do ensino a distância. Como resposta a essas dificuldades, o Núcleo de Educação a Distância-NEAD/FAED, grupo de estudos, elaborou o primeiro projeto do Curso de

Pedagogia a Distância da UDESC.

O CEAD tem por missão produzir e sistematizar, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, como parte indissociável de uma universidade pública de qualidade, gratuita, autônoma, crítica e propositiva. A instituição está pautada na geração e na difusão de conhecimentos na modalidade a distância, fazendo uso de tecnologias da informação e da comunicação. Assim, interage com a sociedade e com os demais centros da UDESC, conciliando demandas e necessidades, ao propor ações educativas no âmbito do ensino de graduação e de pós-graduação, bem como pesquisa e na extensão, indissociavelmente articulados. São essas as ações que propiciam o desenvolvimento social e econômico sustentável da sociedade em geral, prioritariamente do Estado de Santa Catarina e do Brasil, com vistas a possibilitar uma melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas envolvidas nesse processo.

No âmbito da UDESC, a modalidade da Educação a Distância é gerenciada pela CEAD, que tem como base a Resolução Consuni/UDESC 106/2014 que, entre suas ações próprias como centro legítimo tem com finalidade e (...) dar apoio à operacionalização dos projetos e/ou programas na modalidade de EaD, respeitada a autonomia de cada centro e seus respectivos colegiados, bem como a capacidade de infraestrutura e pessoal das unidades de ensino envolvidas. O CEAD executa os Cursos do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, no âmbito do Centro, com atuação em 17 (dezessete) polos presenciais, uma estrutura física para a execução descentralizada de algumas das funções didático-pedagógicas e administrativas do curso, no âmbito do Sistema de Universidade Aberta do Brasil.

A oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar, no âmbito da UDESC, como iniciativa do Centro de Educação a Distância desta Universidade, constitui iniciativa que se soma aos esforços desenvolvidos pela Coordenação da Universidade Aberta do Brasil e aprovada no departamento de Pedagogia a Distância do CEAD na intenção de construir formas de articulação e colaboração com as redes e sistemas de ensino no Estado de Santa Catarina, no enfrentamento dos grandes desafios colocados à oferta de uma educação pública de qualidade no Estado.

Entre estes desafios, destaca-se, de forma especial a tarefa de construção da gestão democrática, cuja importância é destacada no Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (2015 - 2024), como parte do processo histórico de conquistas dos

educadores e da sociedade civil, sendo considerada, ainda, uma exigência legal e uma garantia para o cumprimento do direito à educação de qualidade. Isto envolve, ainda de acordo com o Plano Estadual de Educação, a participação da comunidade escolar na gestão educacional e a autonomia das unidades educacionais, articuladas por diretrizes e normas vinculadas ao Sistema de Ensino. Um dos princípios relevantes é a promoção da gestão democrática da educação pública (Estado de SC, 2015)¹.

No contexto destes desafios, sobressai-se a questão da formação continuada e da capacitação dos gestores escolares, uma das demandas relacionadas à formação e à valorização dos profissionais da educação, como parte das estratégias para melhorar a qualidade da educação. A formação dos gestores é, nos termos do Plano Estadual de Educação da do Estado de Santa Catarina, essencial para a implementação eficaz das políticas educacionais e para a promoção de uma gestão democrática e participativa nas escolas. Constitui-se, neste sentido, um dos pilares para alcançar as metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação do Estado, e “disciplinar a organização da Educação Básica e da Educação Superior, garantir a efetiva gestão democrática da educação pública e valorizar os profissionais da educação nos respectivos âmbitos de atuação, (...) garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais” (Estado de SC, 2015).

Nesta direção, o próprio plano sinaliza a busca de colaboração com instituições como parte das estratégias para melhorar a formação dos profissionais da educação e a gestão escolar e fortalece a formação inicial e continuada dos educadores, além de promover a pesquisa e a inovação na área educacional. É dentro desta perspectiva que o Centro de Educação a Distância da UDESC, na busca de aprofundar e concretizar formas de articulação e colaboração com os sistemas de ensino, em particular no âmbito do Estado de Santa Catarina e de seus municípios, se propõe a ofertar o Curso de Especialização em Gestão Escolar, no contexto do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), desenvolvido Pelo MEC/Capes, e nos termos do Edital UAB 25/2023, da CAPES.

7 Integração e articulação e adesão da Educação a Distância da

¹ Cf. ESTADO DE SC. Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE-SC). Anexo único da LEI No 16.794, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

UDESC ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

A Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC já faz parte do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB desde 2011 iniciando a parceria com o Curso de Pedagogia. Na sequencia ofereceu, em 2017, pelo CEAD, os Curso de Licenciatura em Informática e Ciências Biológicas (CEAD). Neste mesmo ano, ingressaram no Convênio o Curso de Biblioteconomia (FAED) e os Cursos do PNAP (ESAG) com a primeira ofertada também em 2017 ESAG. Esta nova oferta do Curso de Gestão Escolar faz parte do Programa PNAP e a adesão é referente ao Edital 25/2023 UAB. A oferta do Curso está vinculado ao Departamento de Pedagogia a Distância do CEAD.

De acordo com o referido edital, é necessária uma oferta de no mínimo 5 polos. No caso do curso de Especialização em Gestão Escolar, foram aprovadas 150 vagas para início em 2025.2 (oferta única). A definição de polos segue a orientação da UAB que ocorreu articulada às IPES do Estado de Santa Catarina (Universidade Federa de Santa Catarina, Instituto Federal de Santa Catarina, Instituto Federal Catarinense e, Universidade Federal da Fronteira Sul).

O CEAD atua com cursos com fomento próprio e implementa também os Cursos articulado pelo Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB, tendo articulado ao longo dos 13 anos de parceria em 33 Polos situados no Estado de Santa Catarina.

O Centro possui uma estrutura física e tecnológica apropriada e laboratórios para a execução das funções didático-pedagógicas e administrativas do curso, para o atendimento, no âmbito do Sistema de Universidade Aberta do Brasil.

O Polo de Apoio Presencial consiste em uma estrutura física para a execução descentralizada de algumas das funções didático-pedagógicas e administrativas do curso, no âmbito do Sistema de Universidade Aberta do Brasil. É o local onde o estudante tem acesso à biblioteca e laboratório de informática (para acesso aos módulos do curso disponíveis na internet).

Além disso, no Polo Presencial, o estudante poderá usufruir do atendimento de tutores, pode participar de aulas, realizar práticas de laboratórios, dentre outros. Em síntese, o Polo Presencial é o “braço operacional” da instituição de ensino superior na cidade do estudante ou próxima dele.

A estrutura de um polo é composta de uma (01) sala para a Secretaria Acadêmica, uma (01) sala de Coordenação do Polo, uma (01) sala para os Tutores Presenciais, uma

(01) sala de Professores e Reuniões, uma (01) sala de Aula Presencial, um (01) Laboratório de Informática, uma (01) sala de Videoconferência e Biblioteca.

8. Aspectos institucionais

O estatuto da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) foi aprovado pelo Decreto nº 4.184, de 06 de abril de 2008, em seu Artigo 2º, estabelece que a UDESC é uma instituição pública de educação, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, que goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira, disciplinar e patrimonial, e que obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme o artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil e os artigos 168 e 169 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Ainda, conforme o Artigo 3º de seu Estatuto, a UDESC como Universidade em busca de excelência, é aberta às diferentes correntes de pensamento e orienta-se pelos princípios de liberdade de expressão, democracia, moralidade, ética, transparência, respeito à dignidade da pessoa e seus direitos fundamentais.

A UDESC tem por missão produzir, sistematizar, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para uma sociedade mais justa e democrática em prol da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável do Estado de Santa Catarina e do País. A UDESC tem por visão “Ser uma universidade pública inovadora, de referência nacional e de abrangência estadual, e com ação acadêmica marcada pelo comprometimento e pela responsabilidade social”.

As atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão da UDESC abrangem todas as áreas do conhecimento estabelecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC), quais sejam Ciências Exatas e da Natureza; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes. Há também outras áreas de caráter multidisciplinar tais como Meio Ambiente, Tecnologias, Gestão, Biotecnologia e Ciências Ambientais².

Em 2000, a Udesc passa a oferecer o curso de Pedagogia na modalidade a

² Ver relatório de Gestão. Disponível em: <<https://www.udesc.br/proreitoria/proppg/relatoriosdegestao>>. Acessado em janeiro/2025.

distância, implantado um ano antes. Em 2002, são criados o Centro de Educação a Distância (Cead) e Centro Educacional do Oeste (CEO).

Em 2013, a universidade é avaliada pelo MEC como a quarta melhor estadual do País e a melhor de Santa Catarina em relação aos cursos de graduação. Hoje, a instituição, atuando nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, dispõe de uma estrutura multicampi, com 13 unidades distribuídas em nove cidades catarinenses, além de 30 polos de apoio presencial para o ensino a distância, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB/MEC) e o Centro de Educação a distância é o responsável pela implantação dos Cursos para o atendimento à Política de Formação de Professores para alcance das metas do PNE.

O Centro de Educação a Distância possui sua sede situada no Campus I da UDESC em Florianópolis e atende os princípios e a organização da UDESC estabelecidos no Estatuto da UDESC e o Regimento Geral, gerencia, coordena e superintende as atividades administrativas, de Ensino, Pesquisa, Extensão e disciplinares no âmbito de sua atuação e competência.

A Estrutura Organizacional do CEAD é definida com base no Estatuto e Regimento Geral da UDESC e, assim como os demais centros da UDESC, atende a Resolução N° 044/2007 do CONSUNI que aprova o Regimento Geral da UDESC.

A Resolução CONSUNI/UDESC n° 055/2002, de 24 de outubro de 2002 aprova a estrutura do CEAD, tendo sido aprovado em todas as instâncias da UDESC: Câmaras de Ensino da UDESC: Processo n° 730/025, de 21/10/2002; CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 21/10/2002; CONSUNI – Conselho Universitário, em 24/10/2002, e pelos Decretos do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, sob os n° 6033 e 6034/2002, de 11 de dezembro de 2002. Em 2016 o CEAD, teve seu primeiro Diretor Geral eleito, dentro dos preceitos da UDESC.

É um centro que gerencia, coordena e superintende as atividades administrativas de ensino, pesquisa, extensão e disciplinares no âmbito de sua 10 atuação e competência. O CEAD atua na oferta de educação superior na modalidade a distância em nível de graduação e pós-graduação e é um centro muito atuante e expressivo na oferta de Cursos de Extensão – que são ofertados presencial e online.

Também cumpre destacar que em abril de 2002 o CEAD oferece o “Curso de Especialização em Gestão Escolar” em Santa Catarina. Matrícula um total de 1.826 (um mil e oitocentos e vinte e seis) estudantes O Projeto foi aprovado pela Resolução n°

042/2001-CONSEPE, parceria da UDESC com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, destinado a portadores de título de graduação, vinculados às 26 CRE'S pertencentes a SEED – SC, certificando até março de 2003 um total de 1.680 (um mil e seiscentos e oitenta) discentes.

Também foi ofertado o mesmo Curso de Especialização em Gestão Escolar Resolução nº 37/2002-CONSUNI e Portaria Nº 802/2002 – DO Nº 17.046), destinado aos portadores de título de graduação, vinculado ao Centro de Educação (CED), da Fundação Universidade Estadual do Ceará (UECE), em parceria com a UDESC, certificando até a data de hoje um total de 3.544 (três mil quinhentos e quarenta e quatro) discentes.

No ano de 2002, com início em abril, com um total de 1.826 (um mil e oitocentos e vinte e seis) discentes ingressantes, o CEAD ofereceu o “Curso de Especialização em Gestão Escolar” em Santa Catarina, que consistiu em uma parceria da UDESC com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, conforme consta na Resolução nº 042/2001-CONSEPE. O curso teve como público alvo portadores de título de graduação, vinculados às 26 CRE'S pertencentes a SEED/SC, e certificou 1.680 (um mil e seiscentos e oitenta) discentes até marços de 2013.

Também em nível de Pós-Graduação foi promovido o Curso de Especialização em Gestão Escolar, Resolução nº 37/2002-CONSUNI e Portaria Nº 802/2002 –DO Nº 17.046, destinado aos portadores de título de graduação, vinculado ao Centro de Educação –CED, da Fundação Universidade Estadual do Ceará – UECE, em parceria com a UDESC, certificando um total de 3.544 (três mil quinhentos e quarenta e quatro) discentes. Em 2009, ofereceu o Curso de Especialização em Fundamentos em Educação Inclusiva, aprovado pela Resolução 033/2008–CONSUNI, cuja primeira turma concluiu em 2011. Em 2017, a Resolução nº 026/2017-CONSUNI, cria o Curso de Pós-Graduação lato sensu–Especialização em Educação Inclusiva, oferecido pelo Centro de Educação a Distância–CEAD, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina –UDESC.

Tendo seu início em março/2018 com término previsto para março/2020, o Curso de Pós-Graduação lato sensu–Especialização em Educação Inclusiva, está sendo oferecido pelo CEAD/UDESC. Em 2009, o CEAD ofereceu o Curso de Especialização em Fundamentos em Educação Inclusiva, aprovado pela Resolução 033/2008 – CONSUNI, cuja primeira turma iniciou no primeiro semestre de 2009, concluído em 2011.

No ano de 2020 o curso de pós-graduação *lato sensu* – Especialização em

Educação Inclusiva, aprovado através da Resolução nº 026/2017 – Consuni no ano de 2017 e que iniciou as atividades no segundo semestre de 2018 com oferta de 50 vagas, teve a realização das bancas de defesa de trabalho de conclusão de curso no qual 33 estudantes da especialização apresentaram seus artigos científicos concluindo os requisitos para obtenção do título de especialistas. Ainda no ano de 2020, teve a abertura de processo seletivo nacional para oferta de 150 vagas no curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI), sendo 18 vagas ofertadas pela UDESC. O curso teve a abertura de sua primeira turma com dezoito alunos matriculados e foi aprovado nos conselhos superiores da UDESC, pela Resolução Nº 035/2019– CONSUNI e aprovado pela CAPES, de acordo com o documento de Avaliação nº 478 de 26/10/2019.

Em 2021/2, ocorreram as primeiras qualificações de dissertação de mestrado da turma do ano anterior, fato significativo para a cultura pós-graduada stricto sensu do CEAD. No segundo semestre de 2021, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Departamento de Pedagogia a Distância (DPAD) implantou mais uma edição do Curso de Especialização em Educação Inclusiva (EDIN). Nesta segunda edição, sob coordenação da professora Geisa Letícia Kempfer Böck, o curso passou a oferecer 190 vagas divididas em cinco polos de apoio presencial (Chapecó, Itapema, Pouso Redondo, Tubarão e Videira). Dos 160 alunos regularmente matriculados no EDIN em 2022, sete apresentaram suas monografias e aguardam registro de diploma junto à PROEN. Os demais graduandos apresentarão seus trabalhos de conclusão em 2023. Na oferta de 2023.2 foram matriculados 150 alunos, que finalizaram seus TCC no final de 2024.1 e inicio de 2025.1.

8.1 Missão

Producir e sistematizar, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, como parte indissociável de uma universidade pública de qualidade, gratuita, autônoma, crítica e propositiva.

8.2 Princípios e valores

O CEAD, como parte indissociável de uma universidade pública e de ensino gratuito e em busca de excelência, está aberto às diferentes correntes de

pensamento, orientando-se pelos princípios de liberdade de expressão, democracia, moralidade e ética, transparência, respeito à dignidade da pessoa e seus direitos fundamentais, com ênfase na democratização do acesso da população catarinense às vagas públicas de cursos de graduação, pós-graduação e formação continuada, por meio da ação competente da metodologia a distância.

8.3 O Departamento de Pedagogia a distância

O Departamento de Pedagogia a Distância da UDESC é gerenciado por uma Chefia e Sub Chefia e possui o Colegiado Pleno do Curso cujas atribuições estão previstas no Regimento geral da UDESC. A Chefia e Sub-chefia são eleitas pelo Colegiado Pleno, entre os docentes efetivos, por votação direta e secreta.

O mandato do Chefe e do Sub-chefe tem duração de dois anos. O Departamento de Pedagogia a Distância do CEAD da UDESC oferece até o momento o curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância e a entrada nos cursos ocorre por meio do vestibular. Este Curso possui entradas anuais e a parte das vagas são ofertadas com o fomento UAB/CAPES.

8.3.1. O Curso de Pedagogia a distância

8.3.1.1 O Objetivo Geral do Curso:

Proporcionar a formação inicial para o exercício da docência, prioritariamente na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase no uso das tecnologias da informação e da comunicação, numa perspectiva crítico-social que subsidie atuações transformadoras com vistas à melhoria do Sistema Educacional Brasileiro.

8.3.2. Perfil Profissional:

O perfil do Pedagogo a ser formado é o de um profissional de educação, preparado para a prática docente reflexiva, para a gestão democrática dos processos educativos em ambientes escolares e não escolares, presenciais e/ou a distância. Sua atuação deve reunir habilidades para a observação, análise, planejamento, implementação e avaliação de sistemas educacionais e processos de ensino e aprendizagem que utilizem mediação tecnológica e pedagógica. O profissional ainda estará apto para produção e difusão dos

conhecimentos científicos, tecnológicos e artísticos, bem como para assumir atividades em áreas emergentes do campo educacional.

8.3.4. Relação do Curso de Pedagogia a Distância com o Curso de Gestão Escolar

A graduação e a pós-graduação, embora diferentes, possuem interfaces significativas. O conhecimento produzido e a experiência em uma ou outra reverbera para o corpo discente de ambos os níveis de formação. As trocas ocorrem não só entre os docentes que transitam entre a pós e a graduação, mas entre alunos da graduação, da especialização ou do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede – PROFEI. A relação entre a graduação e a pós-graduação no curso de pedagogia do CEAD/UDESC tem ocorrido, desde a sua origem, por meio da contribuição dos professores do Departamento de Pedagogia que ministram aulas, realizam pesquisas e publicam suas produções. Este vínculo do Curso de graduação com a pós-graduação lato ou stricto sensu começou quando da implantação das Especializações, inicialmente com a Gestão Escolar e, em seguida com a Educação Inclusiva.

No ano de 2002, com início em abril, e, com um total de 1.826 (um mil e oitocentos e vinte e seis) discentes ingressantes, o CEAD ofereceu o “Curso de Especialização em Gestão Escolar” em Santa Catarina, que consistiu em uma parceria da UDESC com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, conforme consta na Resolução nº 042/2001-CONSEPE. O curso teve como público alvo portadores de título de graduação, vinculados às 26 CRE'S pertencentes a SEED –SC, e certificou 1.680 (um mil e seiscentos e oitenta) discentes até marcos de 2013. Também em nível de Pós-Graduação foi promovido o Curso de Especialização em Gestão Escolar, Resolução nº 37/2002-CONSUNI e Portaria Nº 802/2002 –DO Nº 17.046, destinado aos portadores de título de graduação, vinculado ao Centro de Educação –CED, da Fundação Universidade Estadual do Ceará –UECE, em parceria com a UDESC, certificando um total de 3.544 (três mil quinhentos e quarenta e quatro) discentes. Em 2009, ofereceu o Curso de Especialização em Fundamentos em Educação Inclusiva, aprovado pela Resolução 033/2008 – CONSUNI, cuja primeira turma concluiu em 2011.

Outra informação que relaciona a estreita ligação da Graduação com a pós-graduação, é a de que alguns professores do Departamento têm contribuído com outros cursos de pós-graduação dos demais Centros da UDESC, bem como professores de

outros Centros fazem parte dos Programas de Pós-Graduação do CEAD.. Essas contribuições e colaboração intensificaram-se mais a partir da criação e estruturação dos Grupos de Pesquisa da CEAD/UDESC.

Portanto os Estudantes do Curso de Pedagogia são potenciais estudantes dos Cursos de Pós-graduação e os conhecimentos produzidos e sistematizados contribuem significativamente para a qualificação da oferta do Curso de Gestão Escolar.

8.4 Outros aspectos: Pesquisa e Extensão

8.4.1. A Pesquisa Científica no CEAD

No CEAD, os professores produzem e realizam projetos de pesquisa sobre linhas temáticas diversas, tais como EaD, formação de professores, educação inclusiva e acessibilidade, educação de jovens e adultos, sexualidade, sustentabilidade, estatística, tecnologia e educação, design educacional entre outros temas. A iniciação científica constitui a preparação do acadêmico na prática da pesquisa científica e possibilita estreitar laços com a pós-graduação.

Na UDESC, o acadêmico tem duas possibilidades de participar desta atividade seja por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq ou do Programa de Bolsa de Iniciação Científica–PROBIC/UDESC, sob a Coordenação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação–PROPPG. O Curso de Pedagogia do CEAD é contemplado em ambas as modalidades de bolsa, além de ter acadêmicos participando do Programa PIVIC-bolsa voluntária de Iniciação Científica.

8.4.1.1. Grupos De Pesquisa CEAD/UDESC

Culturas Escolares, História e Tempo Presente

Líderes do grupo: Norberto Dallabrida

Educação, Artes e Inclusão

Líderes do grupo: Geisa Letícia Kempfer Bock e Fabíola Sucupira Ferreira Sell

Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade

Líderes do grupo: Vera Marcia Marques Santos e Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco

Nexos: Teoria Crítica e Pesquisa Interdisciplinar - Sul - UDESC

Líderes do grupo: Roselaine Ripa e Lidnei Ventura
Tecnologias da Educação a Distância

Líderes do grupo: David Daniel e Silva e Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco

Lógica Fuzzy e Simulação

Líder do grupo: Renato de Mello

8.4.1.2. Laboratórios de Pesquisa do CEAD/UDESC

Os Laboratórios de Pesquisa do CEAD/UDESC são componentes importantes ao desenvolvimento científico-acadêmico tanto da graduação quanto da pós-graduação e abrange as principais áreas e grupos e linhas de pesquisa que orientam as atividades científicas e profissionais do Departamento e do Centro. Os laboratórios são os seguintes:

LabEduSex - Laboratório Educação e Sexualidade
Coordenadora: Profa. Dra. Vera Márcia Marques Santos

LEdI - Laboratório de Educação Inclusiva
Coordenadora: Profa. Dra. Solange Cristina da Silva

LELA - Laboratório de Educação Linguagem e Arte
Coordenadora: Prof. Dr. Rafael Gué Martini

Multi.Lab.EHaD - Laboratório Multidisciplinar de Desenho e Recursos Didáticos para a Educação Híbrida, Aberta e a Distância
Coordenadora: Carmen Cipriani Pandini

LabCult - Laboratório de Cultura Digital
Coordenadora: Profa. Dra. Karina Marcon

LabDH - Laboratório de Direitos Humanos
Coordenadora: Profa. Dra. Cléia Demétrio Pereira

CDR - Laboratório Centro de Estudos Aplicados ao Desenvolvimento Regional
Coordenador: Fabio Napoleão

LACTA - Laboratório de Ciências e Tecnologia Assistiva
Coordenadora: Profa. Dra. Susana Cristina Domenech

8.4.2. Produção Científica e demais realizações acadêmico-científicas

A produção científica e demais realizações acadêmico-Científicas de cada professor do Departamento de Pedagogia pode ser visualizada nos **indicadores de produção** dispostos no currículo lattes, cujos dados são apresentados a seguir:

Prof. Dr. Alfredo Balduíno Santos

Endereço o CV: <http://lattes.cnpq.br/8332812419140428>

Todas as Produções

	Total
Resumos Publicados em Anais de Eventos	6
Artigos Completos Publicados em Periódicos	2
Apresentações de trabalho	3
Trabalhos Técnicos	5
Outras	37

Profa. Dra. Carmen Maria Cipriani Pandini

Endereço o CV: <http://lattes.cnpq.br/1172639796422753>

Todas as Produções

	Total
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	10
Resumos Publicados em Anais de Eventos	2
Artigos Completos Publicados em Periódicos	11
Livro ou Capítulo	29
Apresentações de trabalho	22
Trabalhos Técnicos	10
Outras	182

Profa. Dra. Ana Flávia Garcêz

Endereço o CV: <http://lattes.cnpq.br/5256803925077278>

Todas as Produções

	Total
Orientações Concluídas de Mestrado	1
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	4
Artigos Completos Publicados em Periódicos	6
Livro ou Capítulo	11
Apresentações de trabalho	3
Outras	4

Profa. Dra. Cléia Demétrio Pereira

Endereço o CV: <http://lattes.cnpq.br/4158706306265559>

Todas as Produções

	Total
Orientações Concluídas de Mestrado	8
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	38
Resumos Publicados em Anais de Eventos	16
Artigos Completos Publicados em Periódicos	12
Livro ou Capítulo	18
Apresentações de trabalho	72
Trabalhos Técnicos	6
Outras	90

Prof. Dr. Fábio Napoleão

Endereço o CV: <http://lattes.cnpq.br/2804123664083225>

Todas as Produções

	Total
Orientações Concluídas de Mestrado	3
Orientações Concluídas de Doutorado	1
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	13
Resumos Publicados em Anais de Eventos	10
Artigos Completos Publicados em Periódicos	5
Livro ou Capítulo	7
Apresentações de trabalho	28
Trabalhos Técnicos	1
Outras	217

Profa. Dra. Geisa Kempfer Böck

Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/7254066340917321>

Todas as Produções

	Total
Orientações Concluídas de Mestrado	8
Orientações Concluídas de Doutorado	1
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	28
Resumos Publicados em Anais de Eventos	46
Artigos Completos Publicados em Periódicos	17
Livro ou Capítulo	28
Apresentações de trabalho	52
Trabalhos Técnicos	12
Outras	104

Profa. Dra. Karina Marcon

Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/5061817713945964>

Todas as Produções

	Total
Orientações Concluídas de Mestrado	6
Orientações Concluídas de Doutorado	1
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	35
Resumos Publicados em Anais de Eventos	12
Artigos Completos Publicados em Periódicos	31
Livro ou Capítulo	23
Apresentações de trabalho	41
Trabalhos Técnicos	12
Outras	114

Profa. Dra. Lidiane Goedert

Endereço para o CV: <http://lattes.cnpq.br/5674374517903586>

Todas as Produções

	Total
Orientações Concluídas de Mestrado	2
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	12
Resumos Publicados em Anais de Eventos	8
Artigos Completos Publicados em Periódicos	8
Livro ou Capítulo	13
Apresentações de trabalho	5
Trabalhos Técnicos	1
Outras	66

Profa. Dra. Natália Schleider Rigo

Endereço o CV: <http://lattes.cnpq.br/4832571257167437>

Todas as Produções

	Total
Artes Cênicas	5
Artes Visuais	5
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	6
Resumos Publicados em Anais de Eventos	12
Artigos Completos Publicados em Periódicos	12
Livro ou Capítulo	13
Apresentações de trabalho	34
Trabalhos Técnicos	1
Outras	58

Prof. Dr. Norberto Dallabrida

Endereço o CV: <http://lattes.cnpq.br/7488521314793134>

Todas as Produções

	Total
Orientações Concluídas de Mestrado	32
Orientações Concluídas de Doutorado	10
Orientações Concluídas de Supervisão de Pós-doutorado	2
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	69
Resumos Publicados em Anais de Eventos	86
Artigos Completos Publicados em Periódicos	86
Livro ou Capítulo	44
Apresentações de trabalho	60
Trabalhos Técnicos	188
Outras	378

Prof. Dr. Rafael Gué Martini

Endereço para o CV: <http://lattes.cnpq.br/5682010824249427>

Todas as Produções

	Total
Orientações Concluídas de Mestrado	3
Artes Visuais	15
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	12
Resumos Publicados em Anais de Eventos	24
Artigos Completos Publicados em Periódicos	12
Livro ou Capítulo	26
Apresentações de trabalho	36
Trabalhos Técnicos	7
Outras	125

Profa. Dra. Raquel Fleig

Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/3581527134930740>

Todas as Produções

	Total
Artigos Completos Publicados em Periódicos	49
Livro ou Capítulo	2
Outras	30

Profa. Dra. Rose Cler Beche

Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/6221604878479413>

Todas as Produções

	Total
Artes Visuais	1
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	5
Resumos Publicados em Anais de Eventos	10
Artigos Completos Publicados em Periódicos	7
Livro ou Capítulo	10
Apresentações de trabalho	3
Trabalhos Técnicos	6
Outras	128

Profa. Dra. Solange Cristian da Silva

Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/6737207600550112>

Todas as Produções

	Total
Orientações Concluídas de Mestrado	4
Artes Visuais	4
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	43
Resumos Publicados em Anais de Eventos	17
Artigos Completos Publicados em Periódicos	16
Livro ou Capítulo	26
Apresentações de trabalho	64
Trabalhos Técnicos	18
Outras	117

Profa. Dra. Tania Regina da Rocha Unglaub

Endereço para o este CV: <http://lattes.cnpq.br/6918685083135065>

Todas as Produções

	Total
Orientações Concluídas de Mestrado	9
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	69
Resumos Publicados em Anais de Eventos	31
Artigos Completos Publicados em Periódicos	34
Livro ou Capítulo	33
Apresentações de trabalho	44
Trabalhos Técnicos	3
Processos ou Técnica	1
Outras	136

Profa. Dra. Vera Márcia Marques Santos

Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/2653274195094797>

Todas as Produções

	Total
Orientações Concluídas de Mestrado	7
Orientações Concluídas de Doutorado	2
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	13
Resumos Publicados em Anais de Eventos	27
Artigos Completos Publicados em Periódicos	19
Livro ou Capítulo	21
Apresentações de trabalho	43
Trabalhos Técnicos	11
Outras	217

Profa. Me. Vitor Malaggi

Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/7501525801547972>

Todas as Produções

		Total
Trabalhos Publicados em Anais de Evento		25
Resumos Publicados em Anais de Eventos		14
Artigos Completos Publicados em Periódicos		22
Livro ou Capítulo		24
Apresentações de trabalho		21
Trabalhos Técnicos		19
Outras		48

8.4.3. A Extensão no CEAD

No Centro de Educação a Distância ocorre um processo dialético entre a teoria e a prática no intercâmbio dos conhecimentos acadêmicos e populares. As ações de extensão no CEAD têm se ampliado ano-a-anو, articulando- se de forma indissociável com a pesquisa e o ensino, colocando a UDESC em contato direto com a sociedade.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão remete a um conceito de trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a autoavaliação crítica, a emancipação teórica e prática dos acadêmicos e o significado social do trabalho a ser desenvolvido por todos os segmentos, ou seja, docente, discente e técnico. A materialização deste princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referenciem na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e na avaliação que leve em conta o interesse da sociedade.

O intuito da extensão na perspectiva da indissociabilidade é de contribuir com a formação acadêmica visando à ampliação do espaço de construção do conhecimento. Esta competência diz respeito a algo que extrapola o conhecimento adquirido e sua aplicação imediata, estimulando a atitude investigativa, questionadora e cidadã. Com isso, destaca-se que ensino, extensão e pesquisa como indissociáveis e apontam para a formação atenta às demandas e especificidades da sociedade contemporânea, como parte inerente do que constitui o processo formativo.

Assim, surge uma nova referência para o processo pedagógico e para a dinâmica da relação professor-aluno, na medida em que se comprehende as atividades de pesquisa e extensão como recursos vitais ao processo de ensino-aprendizagem na graduação, vinculados à vivência do/no real, numa relação dialética entre teoria e prática. Isso, necessariamente, exige um redirecionamento dos tempos e dos espaços de formação, das práticas vigentes de ensino, de pesquisa e de extensão e da própria política das Instituições de Ensino Superior (IES).

As ações extensionistas têm primado pela interdisciplinaridade, tendo como principais eixos temáticos: Educação e Sexualidade, Educação de Cegos, Educação de Surdos, Arte e Inclusão, Educação Inclusiva, Inclusão Digital, Formação Docente, Tecnologias da Informação e da Comunicação, Educação e Comunicação e Desenvolvimento Sustentável. São atividades planejadas e ofertadas a partir de demandas da comunidade interna e externa à Universidade, por meio de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos a distância e/ou presenciais, levando-se em conta as áreas da Extensão Universitária no Brasil, quais sejam: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho.

8. 4. 4. Atividades profissionais desenvolvidas pelos seus docentes, na área de concentração do curso

O Departamento de Pedagogia a Distância possui sua ênfase em Tecnologia de Informação e Comunicação e, uma vez sendo um centro de educação a distância as produções e as atividades profissionais se concentram buscando nos componentes da modalidade, as atuações nas pesquisas e na extensão tendo como foco sempre a educação como base do desenvolvimento – quer seja ela nas práticas educativas, quer seja na área de gestão, políticas educacionais e sociedade e direitos humanos, que são abordagem de concentração do Curso de Gestão e estão contempladas no curso de Pedagogia.

O Metrado Profissional em Rede – PROFEI traz uma nova dimensão ao desenvolvimento das atividades profissionais e de pesquisa, que é a educação inclusiva. Os Professores desenvolvem seus projetos de pesquisa e de orientação considerando o

As linhas de pesquisa do Curso e os estudantes apresentam seus projetos contemplando a realidade escolar onde estão inseridos.

9 Concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar

A oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar se insere em um contexto de iniciativas do Centro de Educação a Distância da UDESC no sentido de aprofundar e concretizar formas de articulação e colaboração com os sistemas de ensino, em particular no âmbito do Estado de Santa Catarina e de seus Municípios, especialmente na perspectiva de colaborar tanto com as ações de valorização profissional e de formação continuada dos profissionais, prioritariamente dos gestores escolares, com intuito de contribuir com a qualidade da educação no Estado de Santa Catarina.

9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso segue a matriz nacional e considera as seguintes diretrizes:

- I. temas e conteúdos que refletem os contextos vivenciados pelos educandos nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;
- II. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
- III. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão escolar, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.2 Concepção pedagógica do curso

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar está voltada para

a formação de profissionais capazes de atuar na gestão de educação à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações, em especial aquelas do setor público, visando ao desenvolvimento socioeconômico.

9.2.1 Objetivo geral

Capacitar os participantes a atuarem como gestores escolares e potencializar a execução de atividades administrativas e de prestação de serviços nas diversas esferas do setor de educação.

9.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos deste curso:

- Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outras organizações no seu ambiente de atuação;
- Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para o diagnóstico e a solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas;
- Aplicar os modelos e instrumentos do planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria do seu desempenho, efetividade e legitimidade;
- Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor escolar.

9.3 Organização curricular

O Curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização e o módulo específico apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos de cada um dos cursos.

9.3.1 Módulo Básico

O Módulo Básico é composto por seis disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução à EAD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30
-	TOTAL DE HORAS	180

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e as questões inerentes à atuação do gestor escolar nas unidades escolares ou demais instâncias do setor de educação.

9.3.2 Módulo Específico

O Módulo Específico em Gestão Escolar é composto por quatro disciplinas de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
7	Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	30
8	Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	45
9	Gestão de Pessoas na Escola	30
10	Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	30
11	Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	45
12	Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	30
-	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	210

9.3.3. Ementário

Disciplina 1 – Introdução à EAD

EMENTA

Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CORRÊA, Denise Mesquita. **Introdução à educação a distância e AVEA**. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.

HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução à educação a distância**. Fortaleza: RDS Editora, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância**: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância**: pontos e contrapontos. São Paulo: SUMMUS, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Disciplina 2 – Política e Sociedade

EMENTA

Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo.

Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria**: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas

EMENTA

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

REFERÉNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática.** Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas.** Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e v. 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas:** gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

REFERÉNCIAS COMPLEMENTARES

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHÉ, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas:** seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política:** experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (org.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros.** Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Disciplina 4 – Gestão Pública

EMENTA

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; e a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na União e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública: Coletânea**. São Paulo: UNESP; Brasília: Enap, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christopher W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

EMENTA

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso das normas da ABNT).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Disciplina 6 – TCC

EMENTA

Orientação temática e metodológica para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Construção do projeto de pesquisa. Apresentação pública do projeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo. Atlas. 1999

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. São Paulo. Atlas. 2003

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo:Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev.

atual. São Paulo: Cortez, 2007.

Disciplina 7 – Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação

EMENTA

Histórico da Educação no Brasil. Reforma do Estado e políticas educacionais. Legislação Educacional. Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Parâmetros Curriculares. Planos Nacionais de Educação. Novas tecnologias e currículo. Globalização, Políticas educacionais e Diagnóstico da educação no Brasil: sistemas nacionais e internacionais de Avaliação da Educação. Dimensões, indicadores e índices de avaliação da qualidade em educação. Qualidade da educação pública como promotora do desenvolvimento e de reduções de iniquidade sociais: experiências internacionais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2001.

BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.

PISA 2018 – MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA – versão preliminar
Disponível em:

http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

OECD. PISA 2018 Assessment and Analytical Framework. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>. Acesso em: 24 mar. 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2001.

BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.

PISA 2018 – MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA – versão preliminar
Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

OECD. PISA 2018 Assessment and Analytical Framework. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Disciplina 8 – Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino

EMENTA

Definição de Fundeb e principais fontes de financiamento da educação. Noções de Orçamento e Contabilidade aplicadas a instituições de ensino. Controle de caixa. Controle de materiais. Controle de contas a pagar e a receber. Controle de patrimônio. Execução de recursos associados ao Fundeb (ou outras fontes de financiamento da educação) e prestação de contas. Planejamento Financeiro de Eventos. Noções de projetos de captação de recursos. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARENZENA, Nalú. **Fundef e Fundeb no contexto do financiamento da educação pública brasileira**. Porto Alegre: FACED/UFRGS, 2007.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos *et al.* **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cotez, 2003. (Coleção Docência em Formação).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

MENDONCA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 84-108, agosto de 2001.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). **Gestão educacional**: novos olhares, novas abordagens. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Disciplina 9 – Gestão de Pessoas na Escola

EMENTA

Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BASICAS

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de recursos humanos – PRH**: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Cadernos de gestão, v. 4).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar: uma Gestão Paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 1).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar: Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 2).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luís Cesar G. **Gestão de pessoas**: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.

BERGUE, Sandro T. **Gestão de Pessoas no Setor Público**. Caxias do Sul: Editora da UCS, 2012.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações**: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

Disciplina 10 – Projeto Pedagógico na Gestão Escolar

EMENTA

Análise do Projeto Político-Pedagógico: conceitos político administrativos de participação, investigação, identificação e alternativas na solução de problemas administrativos e educacionais. Procedimentos para elaboração e ou revisão de projetos pedagógicos. Debate e discussão de políticas de controle social. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BASICAS

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, fev. 1999.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 269-281, jun. 2008.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. **Dados**, v. 34, n. 3, p. 311-348, 1991.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 23 mar. 1964.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 05 maio 2000.

BRASIL. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 07 fev. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. **Diário Oficial da União**, 12 ago. 2004.

BRASIL. DECRETO Nº 5.790, DE 25 DE MAIO DE 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 maio 2006.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jun. 2001.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Conselhos Municipais**. Orientações para a criação dos Conselhos Municipais. Disponível em: <https://www.cidades.gov.br/saneamento/proeesa/biblioteca-virtual/111-conselho-das-cidades/conselhos-municipais/1574-conselhos-municipais>. Acesso em: 26 jun. 2009.

Disciplina 11 – Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola

EMENTA

Conceitos básicos sobre projetos na escola. Tipologia, políticas públicas e estruturação de projetos. Técnicas de elaboração e avaliação de projetos. Abordagens tradicionais *versus* princípios ágeis. Técnicas e ferramentas ágeis. Planos auxiliares: comunicação, risco e responsabilidades. Aspectos administrativos e legais. O papel do gestor escolar no delineamento, na execução e na finalização do projeto.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CRUZ, Fábio. **Scrum e Guia PMBOK unidos no gerenciamento de projetos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

DATE, Roberta Naia; PINOCHET, Luis Hernan Contreras; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; NEMOTO, Miriam Christi Midori Oishi. Aplicação do método ágil scrum em uma fundação educacional do setor público. **Revista de Gestão e Projetos – GeP**, v. 7, n. 2, maio/ago. 2016.

MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. Uma proposta de tipologia para projetos educacionais. In: MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhando com Projetos**: planejamento e gestão de projetos educacionais. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

RIBEIRO, Waldelino Duarte; MONTENEGRO, Luana Fernandes dos Santos; Neto, Manoel Veras de Sousa. Gestão inovadora e dinâmica de projetos: uma abordagem sobre gamificação. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 10, n. 2, p. 107-119, maio/ago. 2019.

WOILER, Samsao; MATHIAS, Washington Franco. **Projetos**: planejamento, elaboração e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SIMOYAMA, Felipe de Oliveira; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; BATTISTI, Mario Cesar Guimarães. Adaptação e implantação da metodologia Scrum para projetos ágeis numa Autarquia Federal. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 260-276, maio/ago. 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARMANI, Domingos. **Como Elaborar Projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CONTADOR, Claudio Roberto. **Projetos sociais:** benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

KISIL, Rosana. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil.** 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

PRIKLADNICKI, Rafael; WILLI, Renato; MILANI, Fabiano (org.). **Métodos Ágeis para Desenvolvimento de Software.** Porto Alegre: Bookman, 2014.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.). **Elaboração de projetos comunitários:** abordagem prática. São Paulo: Loyola, 1995.

Disciplina 12 – Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação

EMENTA

Abordagens conceituais sobre processos; organizações educacionais e fomento e suas múltiplas configurações; Direito Administrativo e respectivas orientações; critérios de responsabilização; características da responsabilização; parcerias, fomentos e suas configurações; fases de instrução, defesa, julgamento e prescrição; padrões para prestação de contas; necessidade da capacitação e qualificação das pessoas; e necessidade legal e formas de prestação de contas no setor da Educação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar.** Brasília: CGU, 2016.

CARVALHO, Antônio Carlos Alencar de. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância:** à luz da jurisprudência dos tribunais e da casuística da Administração Pública. 3. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

COSTA, José Armando da. **Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar.** 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2011.

BRAZ, Petrônio. **Processo de Licitação - Contrato Administrativo e Sanções Penais.** 2. ed. Rio de Janeiro: Mizuno, 2007.

CRETELLA JUNIOR, José. **Prática do Processo Administrativo**. 6. ed. São Paulo: RT, 2008.

GONZALEZ, Atila J.; OCTAVIANO, Ernomar. **Sindicância e processo Administrativo**. 11. ed. São Paulo: Leud, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo, Atlas, 2008.

MOREIRA, Egon Bockmann. **Processo Administrativo**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

BALTAR NETO, Fernando Ferreira; TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Direito Administrativo**. 5. ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização: Odete Medeuar. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. (Coletânea da Legislação de Direito Ambiental).

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 27. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.

COSTA, Nelson Nery. **Processo Administrativo e suas Espécies**. Rio de Janeiro. Forense, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo Administrativo**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012.

SOUSA, Alice Ribeiro de. **Processo Administrativo do Concurso Público**. Leme-SP: Mizuno, 2012.

10 Estrutura administrativo-pedagógica

O Curso de Especialização em Gestão Escolar a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **Coordenador de Curso:** responsável pela gestão do curso em todos os

seus âmbitos.

- **Coordenador de Tutoria:** responsável acompanhar gerenciar as ações dos tutores.
- **Estudante** matriculado no curso;
- **Professor autor**, responsável pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), cujo conteúdo para o inicio do Curso já está elaborado.
- **Professor formador**, responsável pela mediação na das disciplinas;
- **Professor pesquisador**, vinculado aos programas de pós-graduação da Ipes, ou a projetos de pesquisa;
- **Tutor**, responsável por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e
- **Equipe de apoio:** responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica, didática e logística.

As formas de articulação deste conjunto de atores, no processo de organização e funcionamento do curso, partirá do pressuposto de que a construção do conhecimento, seja na modalidade presencial ou na educação a distância, não se dá de forma fragmentada ou unilateral, separando as formas de ensinar e aprender, mas, diferentemente, se alicerça numa compreensão da prática educativa como um processo coletivo, carregado de intencionalidade e alicerçado no planejamento participativo e colaborativo, no compartilhamento do conhecimento, referenciado no contexto social, político, econômico e cultural em que esta prática educativa está situada.

10.1 Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar é responsável pela organização e funcionamento do curso será constituída por um conjunto de especialistas em tecnologias educacionais e em design e atua nas funções de apoio, o pessoal técnico-administrativo, além de realizar as funções técnicas e didáticas relacionadas à manutenção/atualização das tecnologias digitais de comunicação, formação de professores e tutores.

10.2 Programa de formação e atualização continuada

A capacitação e atualização dos agentes que fazem parte da implementação do Curso (professores, tutores, equipe de apoio, assistentes pedagógicos), que é responsável pela organização e funcionamento do curso, obedecerá a sistemática e metodologia adotada no Centro de Educação a Distância na oferta de cursos na modalidade à distância. No âmbito da instituição será realizada pela equipe multidisciplinar e conta com apoio das coordenações do Curso e de Tutoria.

10.3 Gestão do curso e atribuições

No âmbito local, a gestão do Curso será exercida pela Coordenação do Curso, apoiada e em articulação com a Coordenação de Tutoria e equipe multidisciplinar. Na elaboração e adequação deste projeto pedagógico, assim como nos procedimentos iniciais para a organização e funcionamento do curso, foi nomeada uma comissão por meio de Portaria Interna CEAD/DG no. 016 de 04/03/2024 na qual fazem parte os seguintes docentes do Departamento de Pedagogia:

Profa. Dra. Carmen Maria Cipriani Pandini – e-mail: carmen.pandini@udesc.br

Profa. Dra. Cleia Demétrio Pereira – cleia.demetrio@udesc.br

Profa. Dra. Tania Regina da Rocha Unglaub – tania.unglaub@udesc.br

A vinculação e nomeação do(a) Coordenador(a) do Curso ocorrerá após processo seletivo, conduzido de conformidade com as normas vigentes na UDESCC e UAB, com chamada interna no departamento de origem do Curso, com ampla divulgação no qual serão especificados os critérios exigidos para esta seleção.

O Coordenador de Curso será auxiliado pelo Coordenador e Tutoria, cuja atividade estará voltada às ações junto aos tutores e ao acompanhamento do Curso.

As atribuições do Coordenador do Curso, bem como do Coordenador de tutoria estão previstas no “Termo do Bolsista” que é assinado pelo responsável no ato da vinculação, seguindo as diretrizes da Portaria 309/2024.

10.4. Corpo docente e tutoria

Tanto a coordenação de curso, quanto os professores que ministrarão as disciplinas, bem como os tutores que atuarão no curso serão bolsistas vinculados à UAB selecionados por edital público específico para cada área, respeitada a legislação vigente.

A Coordenação de Curso será selecionada por meio de edital próprio, seguindo os parâmetros da UAB, e dentre os professores do Departamento de Pedagogia do CEAD/UDESC. Segue os parâmetros da Portaria 309/2019 de 27 de setembro de 2024 e a Instrução Normativa nº 1, de 1 de outubro de 2024, UAB/CAPES.

- Os professores formadores que atuarão nas disciplinas serão selecionados por edital interno e externo (quando não preencherem as vagas internamente). Desta forma, todo o corpo docente efetivo da UDESC que atua na área das disciplinas pode se candidatar no edital para atuar no curso e receberá bolsas para o exercício da atividade docente.
- Os tutores (presencial e a distância) também serão selecionados em edital próprio.
- Os editais são organizados e publicados pela Direção Geral do Centro e Coordenação Geral da UAB na UDESC.

Relativamente ao pagamento das atividades de bolsistas, a Instituição conveniada deverá seguir a IN no. 1 de 1 de outubro de 2024 que estabelece os limites quantitativos, os parâmetros de cálculo e os procedimentos para concessão e pagamento de bolsas no Sistema Universidade Aberta do Brasil, regulamentadas pela Portaria Capes nº 309, de 27 de setembro de 2024.

10.4.1 – Atribuições dos docentes e tutores

As atribuições dos docentes (denominados professores formadores) e dos tutores estão previstas no “Termo do Bolsista” que é assinado pelo responsável no ato da vinculação, seguindo as diretrizes da Portaria 309/2024 e deverá seguir também as orientações do CEAD sobre a identidade e filosofia da modalidade no CEAD. Os Docentes terão a responsabilidade de organizar as suas Salas Virtuais, selecionar o material, roteirizar o material já produzido para o Curso, gravar video aulas ou outro recurso multimidia para utilização na disciplina. Enquanto os Tutores devem acompanhar a disciplina, auxiliar o professor nas questões didáticas, auxiliar no AVA respondendo aos alunos, realizar roteiro para auxiliar os alunos nos estudos.

11 Infraestrutura e processo de gestão acadêmico-administrativa

A Educação a Distância, embora prescinda da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma

organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica. Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- produção e organização e disponibilização do material didático apropriado à modalidade;
- processos próprios de orientação e avaliação;
- monitoramento do percurso do estudante; e
- criação de ambientes virtuais que favoreçam eficazmente o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa prevêem uma organização tecida em forma de rede que se estabelece por meio de sistemas eficientes de atendimentos, conforme destacado a seguir:

11.1 Sistema de comunicação

O sistema de comunicação tem por finalidade estabelecer a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, o CEAD dispõe de uma estrutura física e acadêmica que se organiza da seguinte forma:

- manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- canal de comunicação com apoio de coordenação de tutoria;
- manutenção infra estrutura tecnológica e de logística na Ipes e nos Polos, que deem suporte ao desenvolvimento dos cursos; e
- organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a Instituição UDESC.

11.2 Material didático

O material didático configura-se como um componente dinamizador da

construção curricular e balizador da implementação do modelo metodológico do Curso. O material didático do Curso de Especialização em Gestão Escolar foi elaborado por especialistas e se encontra disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as IPES participantes do programa em rede. Além do material didático digital produzido para o Curso, é possível acessar outros recursos Digitais para a complementação de conteúdo em repositórios Abertos. A Minha Biblioteca também dispõe de muitos títulos sobre a área, além de outras fontes de pesquisa disponibilizadas pela Biblioteca Universitária da UDESC, além da plataforma de Cursos Abertos, a Udesc Aberta.

11.3. Sistema de tutoria

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Escolar é concebido como um componente fundamental do sistema. Possui a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilitam a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espacão da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido

necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início e ao longo do curso.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- *e-mail*.

No âmbito da UDESC, a partir da estrutura da CEAD, podem ser considerados, ainda, os serviços que contemplam:

- utilização dos Laboratórios virtuais
- apoio Pedagógico
- apoio para Tecnologia Educacional
- apoio dos laboratórios em diferentes áreas
- apoio de Design Educacional e gráfico
- apoio para a Produção de Material Didático Tecnológico

11.3.1. Seleção de Tutores

Os tutores presenciais para atuação nos Polos, caso a instituição optar por tê-los, serão selecionados por meio de processo seletivo específico, com a publicação de Edital

próprio, elaborado pelo Centro de origem do Curso e utilizará de análise curricular e documental para formação de cadastro reserva de tutores. O tutor presencial terá as atribuições especificadas no Termo do Bolsista que ele assina quando da vinculação, e complementadas de acordo com a metodologia da instituição. Entre as atribuições estão:

11.4. Encontros síncronos

A realização de atividades síncronas em EaD é obrigatória em todo o território nacional, nos termos da Resolução nº. 1, de 11 de março de 2016, do Conselho Nacional de Educação (CNE), compreendendo avaliação acadêmica, defesa de trabalhos ou prática em laboratório, as quais devem ser realizadas na sede da instituição ou nos polos de EaD credenciados, de conformidade com o art. 1º, § 1º, do Decreto nº 5.622/2005. Para o Curso de Especialização em Gestão Escolar haverá encontros síncronos para a realização de atividades, cuja quantidade e periodização serão definidas pelo curso e equipe docente, bem como para a apresentação do TCC.

Para tanto, o curso contará com a estrutura dos Polos Municipais vinculados à CEAD/UDESC.

12 Diretrizes de avaliação

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da gestão pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença

física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Municipal.

O sistema de avaliação deve possibilitar uma formação integral e contextualizada de modo que o estudante tenha a possibilidade de avaliar o seu cotidiano a partir das discussões teóricas, possibilitando a geração de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos debates realizados no curso em todas as áreas de conhecimento.

12.1 Avaliação institucional

A Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC é instituição participante do SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Enquanto tal, tem constituída sua CPA - Comissão Própria de Avaliação, cujo plano de atuação observa as orientações do Conselho Estadual de Educação - CEE/SC e do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, bem como os indicadores de qualidade da modalidade a Educação a Distância.

No intuito de assegurar a qualidade e a eficácia na sua oferta, a avaliação, no Curso de Especialização em Gestão Escolar, será contínua e abrangente, envolvendo todos os atores do processo educativo (estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso). A avaliação, assim considerada, possibilitará permitirá uma análise detalhada, envolvendo os seguintes aspectos:

- | desempenho do estudante;

- | desempenho dos professores-tutores;
- | desempenho dos professores formadores;
- | adequação do sistema de tutoria;
- | adequação do ambiente virtual de aprendizagem;
- | qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- | qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- | desempenho da coordenação do curso;
- | a eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação, para dar conta da perspectiva avaliativa acima indicada, serão utilizados:

- | aplicação de questionários a todos os atores participantes do processo;
- | realização de análises sistemáticas do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- | mediação pedagógica;
- | acompanhamento didático-pedagógico.
- | desempenho da coordenação do curso;
- | eficácia do programa.

12.2 Avaliação de aprendizagem

O Curso de Especialização em Gestão Escolar adotará uma sistemática de avaliação contínua, alinhado às normas do Regulamento Geral do dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu* da UDESC. Durante todo o processo formativo, o aluno será avaliado por meio de atividades que articulem teoria e prática. Essa modalidade de avaliação busca acompanhar o progresso individual de cada estudante.

Para assegurar o desenvolvimento do curso, será estabelecido um prazo máximo de 30 dias para a entrega das atividades.

12.2.1. Na disciplina

O processo avaliativo de cada disciplina será diversificado, incluindo trabalhos escritos e/ou outras atividades que possibilitem a demonstração do conhecimento adquirido pelos alunos³. A avaliação final será expressa por meio de conceitos, conforme a tabela apresentada abaixo:

CONCEITO	SIGNIFICADO	GRAU
A	Excelente	9,0 a 10,0
B	Bom	8,0 a 8,9
C	Regular	7,0 a 7,9
D	Reprovado	0,0 a 6,9

Os planos de ensino serão divulgados aos alunos no início das respectivas disciplinas. Para ser aprovado em cada disciplina o aluno deverá ter uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista para a disciplina e obtenção de média mínima C por disciplina e conceito médio B no Curso.

12.2.2. No Curso

Além da aprovação nas disciplinas que compõem o curso, para obter o título de Especialista o aluno deverá apresentar, ao término do conjunto de disciplinas, o TCC, conforme o disposto na Resolução nº 010/2012-CONSEPE. Será considerado aprovado no TCC o aluno que obtiver o conceito “Aprovado” ou “Aprovado com correções”. O estudante terá 75h – o que equivale a 5 créditos para o desenvolvimento do TCC.

12.2.3. Linhas de pesquisa e áreas de desenvolvimento das monografias ou trabalho de conclusão de curso (TCC)

³ No que toca à Disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso”, as definições no tocante à modalidade de trabalho, à sua elaboração e à defesa do mesmo perante banca examinadora serão objeto regulamentação no âmbito dos Regimentos da UDESC e/ou do Curso.

O TCC a ser desenvolvido deverá ser no formato de artigo científico e abordar assunto pertinente à Gestão Escolar, enquadrando-se em uma das áreas compreendidas nos Eixos norteadores do Curso que integram a grade curricular, cujas áreas estão vinculadas ao modulo básico e específico do Curso a saber:

- políticas públicas e sociedade;
- gestão pública: legislação, organização institucional;
- gestão de pessoas; avaliação e Projetos institucionais;
- processos administrativos e prestação de contas.

Ao final do curso, além da entrega de um artigo científico, com base no trabalho de investigação tendo a escola de origem como campo de pesquisa, o estudante deverá fazer a comunicação oral e a defesa perante uma Banca Examinadora, com prazos definidos pela coordenação do curso. Após a defesa e realização das correções sugeridas pela banca, o aluno deverá entregar a versão final do artigo junto com o comprovante de submissão do trabalho numa revista científica ou num evento científico para a coordenação do curso ou publicação na íntegra na Biblioteca Universitária da UDESC.

13 Processo de comunicação-interação entre os participantes

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos para a comunicação sincrônica são:

- | BBB/Moodle
- | RNP
- | plataforma Teams

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados:

- | fóruns;
- | e-mail;
- | comunicações via SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) da UDESC.
- | telefone Secretaria de Pós-Graduação do CEAD

Cada turma estará vinculada a um polo e terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado pelo seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

A postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do Moodle será organizado especificamente para este curso com base na estrutura de apoio já estabelecida em outras edições do curso oferecidas pelo CEAD. A organização da estrutura no ambiente virtual conta com o apoio de um designer instrucional para que tanto o professor formador, quanto o tutor e o discente possam usufruir de uma estrutura adaptada ao perfil do curso de acordo com a área ou disciplina. Dependendo da natureza do conteúdo tratado e de particularidades e preferências do professor formador, adaptações poderão ser feitas no ambiente virtual tendo em vista, sempre, a melhor estrutura de aprendizagem para os variados temas.

Os Ambientes se pressupõem flexíveis, portanto, modificações poderão acontecer dependendo de processos avaliativos da coordenação do curso em conjunto com professores formadores, discentes, tutores e outros profissionais atuantes no curso.

14. FINANCIAMENTO

Por se tratar de curso Conveniado à UAB/Capes, o orçamento cobre o pagamento aos professores por meio de bolsas (uma bolsa a cada 15 horas).

A UAB financia as despesas de custeio combustível, diárias, materiais de expediente etc. Segue o que consta no edital UAB no. 25/2023:

11. DA OPERACIONALIZAÇÃO DO APOIO FINANCEIRO

11.1. A CAPES concederá bolsas, pagas diretamente aos beneficiários,

conforme as condições e procedimentos estabelecidos em legislação específica.

11.2. Adicionalmente, para a execução das propostas aprovadas no âmbito deste Edital, a DED/CAPES investirá recursos próprios, de acordo com os limites orçamentários aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais (LOA), considerando o período de vigência do presente edital, com o intuito de manter as ações intrinsecamente relacionadas às atividades acadêmicas, sobretudo: a realização dos encontros presenciais; o desenvolvimento e produção de recursos educacionais; e o apoio administrativo, tecnológico e pedagógico aos cursos

11.3. O financiamento das propostas de ofertas aprovadas no âmbito deste Edital atenderá a legislação que trata das descentralizações orçamentárias e transferências voluntárias. ...

11.5. Considerando tratar-se de um edital com ingressos de alunos no período de agosto/25 a janeiro/27, a DED/CAPES observará as orientações e normativos estabelecidos no Plano Plurianual (PPA), bem como, as dotações orçamentárias anuais (PLOA) e limites de gastos estabelecidos nos decretos de execução orçamentaria e financeira. Assim, após a conclusão do edital, prevista para ingresso em agosto de 2025 ocorre a assinatura do convênio e após são disponibilizados os recursos do financiamento.

14.1. Planilha financeira

O valor do Plano de Trabalho é calculado com base no custo-aluno definido pela CAPES, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) calculados sobre a quantidade de alunos matrículados na Universidade e no tempo de duração da oferta. Eses valores são destinados ao desenvolvimento do Curso nos seguintes itens: Implementação e desenvolvimento dos cursos; Material de consumo; Passagens e Despesas com Locomoção; Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Serviços de Terceiros Pessoa Física. O valor total a ser desembolsado neste Curso está previsto no plano de Trabalho e será utilizado para custear as despesas com custeio durante a oferta do Curso. O Valor das Bolsas não entra no repasse do custeio. As bolsas são pagas com outra fonte, diretamente da CAPES.

15. Referências

AGUIAR, M.A. (Orgs.) Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo, Cortez, p. 169-145, 2001. ANDRÉ, M. E. Etnografia da prática escolar. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CURY, Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. RBPAE – v.23, n.3, p. 483-495, set. / dez. 2007.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades. 2^a ed. São Paulo, Cortez, 2000.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. [S.I.]: Atlas, 1995.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

LÜCK Heloisa. A gestão participativa na escola. Petrópolis/RJ: Editora Vozes Limitada 2017.

LÜCK Heloisa. FREITAS,K.; GIRLING,R; KEITH, S.; A Escola Participativa – O Trabalho do Gestor Escolar. 10^a. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2013.

LUCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MINAYO, M. C. S. (org). Pesquisa social – teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

PARO, Vítor Henrique. Estrutura da escola e educação como prática democrática. In: CORREA, Bianca C.; GARCIA, Teise O. (Org.). Políticas educacionais e organização do trabalho na escola. São Paulo: Xamã, 2008. p. 11-38.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico – do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VEIGA, Ilma. Passos Alencastro. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14^a. edição Papirus, 2002.